

diálogos



no espaço democrático

IGNORÂNCIA FABRICADA: A HUMANIDADE AMEAÇADA POR USINAS DE DESINFORMAÇÃO



Conversa com
EUGENIO BUCCI
Professor titular da
Escola de Comunicações
e Artes da USP





diálogos no espaço democrático são publicações do Espaço Democrático, a fundação para estudos e formação política do PSD



*Para assistir ao vídeo,
aponte a câmera do celular
para este código*

“A ignorância hoje não é um vazio, ela é um produto fabril”



Uma sociedade que não distingue a realidade da ficção, que não distingue o fato da opinião, no limite não distingue a verdade da mentira”. Esse foi um dos alertas feitos pelo jornalista e professor da USP **Eugênio Bucci**, em entrevista ao programa “Diálogos no Espaço Democrático”, produzido pela fundação para estudos e formação política do PSD. Ele falou sobre os perigos da ignorância fabricada, que, segundo ele, é o resultado da ação de grandes “usinas” especializadas em produzir e distribuir desinformação pelas redes sociais. Por meio de atrações como memes, mistificações e crenças sem fundamento, essas usinas distorcem o modo de pensar de uma grande parcela da população, gerando consequências políticas e sociais.

Bucci destaca que, quando as pessoas perdem a relação com os fatos, começam a tomar decisões com base em crenças fabricadas, como já se observa em muitos países pelo mundo afora. “É rigorosamente impossível antever a evolução desse quadro”, afirmou.

Esta publicação contém a íntegra daquela entrevista realizada em dezembro de 2024.

Boa leitura.

**Vimar Rocha, Sérgio Rondino,
Luiz Alberto Machado, Eugênio Bucci.
Participou também Rubens Figueiredo**



Sérgio Rondino - Você já ouviu falar de ignorância artificial ou, ainda, ignorância fabricada? Este programa *Diálogos no Espaço Democrático* vai tratar de imprensa e comunicação pública, de ética na comunicação e nas organizações, de redes sociais, de cultura e da indústria do imaginário, entre outros temas aos quais tem se dedicado o nosso entrevistado. Nós vamos conversar com **Eugênio Bucci**, que é professor titular da Escola de Comunicações e Artes da USP (*Universidade de São Paulo*) e superintendente de comunicação social da universidade. Ele escreve a cada duas semanas na sessão *Espaço Aberto*, do jornal *O Estado de S. Paulo*. É membro da Academia Paulista de Letras e integra conselhos de instituições como a Fundação Padre Anchieta, o Instituto Vladimir Herzog, a ABERJ (*Associação Brasileira de Comunicação Empresarial*), a Pública, agência de jornalismo investigativo, e o Instituto Palavra Aberta.

Bucci presidiu a Radiobras de 2003 a 2007 e ocupou cargos de direção editorial na Editora Abril. As suas pesquisas focam basicamente em ética, comunicação pública e cultura democrática. Professor Eugênio Bucci, muito obrigado por atender ao nosso convite, participar aqui deste *Diálogo no Espaço Democrático*. Seja bem-vindo.

Eugênio Bucci - Muito obrigado, Sérgio, é uma alegria conversar com você, o Vilmar, o Luiz Alberto Machado e todos os que nos acompanham aqui. Fico gratificado e agradecido pelo convite.

Sérgio Rondino - Nós é que agradecemos. Então eu vou complementar a nossa apresentação: participam comigo deste programa o economista **Luiz Alberto Machado** e o professor **Vilmar Rocha**, ex-deputado federal, coordenador nacional de Relações Institucionais aqui do Espaço Democrático. Também participará deste programa o cientista político **Rubens Figueiredo**, que nos enviou pergunta. Professor, eu gostaria de começar esse nosso diálogo com um artigo recente que você publicou no jornal *O Estado de S. Paulo*, em que tratou do que chamou de ignorância artificial, ou ignorância fabricada por algoritmos. Você pode nos explicar do que se trata?

Eugênio Bucci - Esse é um tema que tem me preocupado muito e aparece em considerações ou alguns apontamentos de estudiosos da Inteligência Artificial, do universo digital, das mídias sociais. Eu começaria lembrando que nós temos uma imagem na cabeça, quando pensamos na ignorância, segundo a qual a ignorância seria um vazio, um espaço vazio, um campo aberto, um lugar onde não existe nada. E como se trata de um lugar despojado de qualquer conteúdo, qualquer nova informação que chegue ali vai encontrar lugar e vai ter espaço. Nós pensamos que a ignorância se combate com o conhecimento e

acreditamos, da mesma forma, que a desinformação pode ser resolvida com informação.

E eu procuro chamar a atenção para o fato de que não é mais assim, as coisas não são mais assim. A ignorância hoje não é um vazio, ela é um produto fabril, ela é fabricada por grandes engrenagens, verdadeiras usinas de desinformação que abastecem, com uma série de atrativos, os chamados memes, ou com as diversões, com vídeos. Ou seja, são bobagens, são idiotices, são mistificações, crenças sem nenhum fundamento que, no entanto, ocupam lugar. É uma quinquilharia de atrações que ocupam lugar e que direcionam o funcionamento da máquina psíquica. Sem complicar muito, essa ignorância fabricada, portanto uma ignorância artificial, é uma ignorância que não tem parte com o vazio porque ela é carregada de uma massa luminosa e atraente, direciona, condiciona o modo de pensar. Ela evolui na direção de um fanatismo, como se fosse um fanatismo religioso, como se fosse uma espécie de fundamentalismo. E contra ela não adianta a gente oferecer informação ou conhecimento.

Quero dar um exemplo. Um dos efeitos dessa fábrica de desinformação, ou da ignorância artificial, é a convicção que acomete muitas pessoas de que não existe aquecimento global e que não existe uma crise climática ou a iminência do que vem sendo chamado na ciência de um desastre climático, ou um desastre socioambiental. Não existe nada disso. Para essa multidão, só o que existe é uma narrativa. Eles usam muito essa palavra. E a elevação da temperatura nos termômetros não seria um acontecimento objetivo, mas seria, bem ao contrário, efeito de uma narrativa, é uma construção, é uma propaganda. Ora, todos aqui já vivemos a experiência de que não adianta apresentar os dados, apresentar as medições, tabelas dos institutos de pesquisa mais renomados, mais respeitados. Essa convicção,



SEM COMPLICAR MUITO, ESSA IGNORÂNCIA FABRICADA, PORTANTO UMA IGNORÂNCIA ARTIFICIAL, É UMA IGNORÂNCIA QUE NÃO TEM PARTE COM O VAZIO PORQUE ELA É CARREGADA DE UMA MASSA LUMINOSA E ATRAENTE, DIRECIONA, CONDICIONA O MODO DE PENSAR. ELA EVOLUI NA DIREÇÃO DE UM FANATISMO, COMO SE FOSSE UM FANATISMO RELIGIOSO, COMO SE FOSSE UMA ESPÉCIE DE FUNDAMENTALISMO. E CONTRA ELA NÃO ADIANTA A GENTE OFERECER INFORMAÇÃO OU CONHECIMENTO.”

esse fanatismo, não sofre abalo. Há algo mais complicado funcionando aí, algo mais difícil de debelar, de superar.

A mesma coisa aconteceu no tempo da pandemia. Em alguns setores muito expressivos, muito representativos das sociedades, não apenas no Brasil, várias sociedades, a Covid-19 iria apenas matar os mais fracos e promoveria até uma seleção natural, uma depuração da raça. São ideias estapafúrdias, que não têm sentido, não têm sustentação, não têm lógica, mas isso angariava muitos adeptos. E os cientistas trabalharam muito, conseguiram com isso chegar a vacinas, a alguns métodos preventivos, como o uso de máscara, e tudo o que nós todos acompanhamos, mas foi impressionante ver como

essa certa excitação com relação a métodos alternativos, que eram chamados de tratamento antecipado - nenhum deles com comprovação - correram e ganharam aderência. Não adiantava o esclarecimento. O esclarecimento, a informação, o trabalho cuidadoso da ciência não encontrava eco, não encontrava guarida, atenção sequer dessas vastas camadas das populações de muitos países. Ou seja, não adiantava informar para combater a desinformação; a desinformação continuava do mesmo tamanho. É a isso que eu me refiro.

Haveria muitos outros exemplos quando eu penso no fenômeno da ignorância artificial. É uma realidade nova, é algo que não estava posto antes, não com essas características, e é algo bastante desafiador e preocupante.

Sérgio Rondino - Isso me fez lembrar que já no começo da internet, se não estou enganado, o escritor **Humberto Eco** cunhou uma frase famosa a respeito, de que a internet deu voz a uma legião de imbecis. A propósito disso, o Rubens Figueiredo, cientista político e consultor do Espaço Democrático, tem uma pergunta.



Rubens Figueiredo - Há pouco tempo, não muito, para entender o que a sociedade estava pensando a gente fazia uma pesquisa de opinião pública, estava lá o resultado, era muito tranquilo você dizer que o resultado da pesquisa reproduzia os desejos, os anseios e medos da opinião pública. Com as redes sociais, isso mudou. A sua reflexão sobre a ignorância artificial é muito interessante e eu queria pontuar com você a má vontade que os intelectuais, os analistas e alguns meios têm com o algoritmo.

O algoritmo não é um penduricalho metafísico suspenso no éter, ele é aquilo que a sociedade quer, deseja e reproduz como comunicação e informação. Você acha que essa ignorância artificial, que além de artificial é ativa, já existia na sociedade e as redes sociais apenas fizeram com que elas aflorassem? Ou você entende que foram as redes sociais que pioraram a qualidade da comunicação e espalharam a ignorância no meio, na sociedade.

Eugênio Bucci - Agradeço muito pela pergunta, muito pertinente, que de fato nos faz pensar. Sem

dúvida, nós temos desde sempre, desde que existe a linguagem, desde que existe a humanidade, mas especialmente desde que existe a política ou o fenômeno político identificado por estudiosos, isso ainda na Grécia clássica, o problema da mentira. A mentira é uma constante, ela está sempre aí e sempre fez os seus estragos. Mesmo que apareçam situações em que exista uma justificativa política para mentira.

Platão, o filósofo, falava da mentira piedosa, ou de uma mentira destinada a evitar maiores sofrimentos, o que pode aparecer com alguns doentes terminais, pode aparecer também na política - quando um governo prepara uma medida econômica, algumas circunstâncias precisam ser preservadas, não podem ser avisadas antes da hora. Mas nós temos, nesse caso, um aparecimento quase que virtuoso da mentira. Existe a falta da verdade, mas o benefício público é indiscutível. O fato é que a mentira é antiga na política e, no mais das vezes, com muita vantagem para o lado negativo, a política é prejudicada pelo instrumento da mentira. Isso significa que sim, sempre, a resposta é sim, sempre se criaram cortinas de fumaça, sempre se criaram factoides ou idolatrias que afastam as pessoas do conhecimento dos fatos e exacerbam o culto de mitos totalmente vazios de qualquer significado maior.

O que acontece hoje, no entanto, é um ganho de escala sem precedentes, ou um ganho de dimensões. As ferramentas das mídias digitais alcançam bilhões de pessoas, sem exagero. Algumas dessas big techs, dessas plataformas, têm bilhões de usuários. E a gente tem evidências incontáveis de que, nesse caso, a ignorância fabricada tem uma envergadura incomparável com o que a gente conhecia até então. É incomparável. Nós podemos ter grupos de países embarcando em histórias sem pé nem cabeça, nós podemos ter sociedades inteiras que de uma hora para outra tomam decisões coletivas, eleitorais, em processos

decisórios mais ou menos participativos, que contrariam os seus próprios interesses. Isso numa dimensão que não era conhecida. A ponto de alguns começarem a falar numa era de "pós-verdade".

Não que antes a política fosse feita só com a verdade. Não, a mentira sempre existiu, mas a expressão "pós-verdade" enfatiza que a escala, a velocidade, a profundidade, a densidade das ferramentas da mentira levam a melhor e não há uma estratégia eficaz para deter esse tipo de coisa. E as sociedades embarcam numa espécie de embriaguez, ou de delírio, que gera coisas aparentemente sem sentido. Elas têm um sentido, é um sentido perverso, mas um sentido que não se mostra à primeira vista.

Esta é a circunstância em que a ignorância artificial tem, sem dúvida nenhuma, uma proporção muito maior de fenômenos parecidos que nós já vimos no passado. E são muitos. A tal ponto que nós podemos identificar uma crise mesmo, uma crise, para usar uma palavra um pouco incomum, uma crise da malha epistêmica, uma crise dos nossos métodos de conhecer o mundo, ou uma crise em que não se consegue mais perceber a diferença entre realidade e ficção.

Muitas vezes a participação das massas na política parece seguir as regras do entretenimento, da diversão, e não da lógica racional. Essa crise, que é uma crise do conhecimento, uma crise dos métodos de conhecimento, também nubla a diferença entre o que nós chamamos de juízo de valor e juízo de fato. O conjunto maior das sociedades não consegue mais perceber a diferença entre o que é uma opinião e o que é um registro factual, e tende a igualar todas as coisas. Se todas as pesquisas dizem que existe uma preocupação em função de um processo de aquecimento global e surge um sozinho dizendo que isso é bobagem, a "opinião" desse um sozinho parece valer a mesma coisa que todas as outras pesquisas dizem de

forma reiterada, sucessivamente demonstrada, comprovada, corroborada por novos levantamentos.

Então, uma sociedade que não distingue a realidade da ficção, que não distingue o fato da opinião, no limite não distingue a verdade da mentira. Essa é a ignorância artificial, que é muito preocupante.

Sérgio Rondino - Quer dizer, voltando ao escritor Humberto Eco, não só a internet, as redes sociais, não só abriram, deram voz a milhões de imbecis, como agora fabricam mais imbecis. Acho que deve ser um pouco por aí.

Eugênio Bucci - Nós estamos vendo isso, Sérgio. Quando Humberto Eco disse essa frase, salvo engano, foi numa entrevista. Foi uma frase um pouco apressada, mas ele era uma pessoa muito inteligente, muito culta, uma mente arguta, um intelectual que deixa saudade, grande escritor, grande pesquisador, e tinha razão. No começo do fenômeno das tecnologias digitais, do Vale do Silício e tudo, surgiu outro livro, de que eu gosto muito, que não foi muito bem recebido. O autor é **Andrew Keen**, e o nome do livro é *O Culto do Amador*. Ele falou a mesma coisa, só que mais sustentada em pesquisas, em dados da realidade. E o que ele identificava era um rebaixamento dos padrões culturais em função da possibilidade de qualquer um falar qualquer bobagem com muito destaque.

Mas o que mais preocupa não é que qualquer um possa falar mais bobagem, até porque a democracia, a liberdade de expressão, inclui o direito sagrado de cada um falar a bobagem que lhe parece mais interessante. Tudo bem, isso faz parte. O que mais preocupa é a criação de um ambiente que favorece muito a inconsistência, o conteúdo rápido, quase como uma pílula, sem nenhum contexto, a ausência de raciocínio e uma presença muito acachapante de sensações,



uma grande plateia viciada em sensações e desvinculada de qualquer elaboração coletiva com mais sustentação.

Então, os imbecis do Humberto Eco são os que falam, mas são também as multidões que seguem esses tresloucados. E a gente caiu dentro de um ambiente comunicacional muito avesso à compreensão racional das coisas. Tudo bem que a política sempre tenha tido um elemento teatral, isso faz parte, mas não nessa escala. Eu volto de novo ao problema da escala. Então, nós estamos assistindo a implosões de tradições democráticas que preocupam bastante. Esse é o alerta que eu tenho lançado.

Sérgio Rondino - Professor Luiz Alberto Machado, a pergunta agora é sua.

Luiz Alberto Machado - Eugênio, embora você não tenha usado a expressão, isso deixa muito clara a influência atual dos chamados *influencers*, que é um tipo de personagem que surgiu com grande força nesse universo digital. Esses *influencers* - e isso não é um fenômeno só brasileiro, porque a gente tem observado coisas dessa natureza em outras partes - ganham um impacto mais forte num país em que a grande maioria da população é de um extrato médio de conhecimento e de senso crítico.

A minha pergunta é a seguinte: você acha que uma alteração no sistema eleitoral, por exemplo, a introdução de um voto distrital, que aproxima o eleitor do eleito, pode ser um contraponto a essa influência crescente desses elementos que estão surgindo com cada vez mais força na política?

Eugênio Bucci - É uma excelente indagação. As pessoas preocupadas com a política e que têm um compromisso com a qualidade da atividade política têm levantado questionamentos nessa direção: "Será que se mudarmos as regras da eleição, o voto distrital, por exemplo, ou um outro caminho que é muito comentado também, o distrital misto, diminuiria a diluição da representatividade? Aquele candidato que não é conhecido em lugar nenhum, que não é representante em lugar nenhum, mas que tem um pouquinho de voto em todos os lugares e com isso acaba se elegendo sem representar nada. São preocupações. De outro lado, também, as pessoas levantam bons argumentos para limitar a postulação do voto distrital, dizendo que isso

poderia reforçar o coronelismo, o mandonismo local, sem nenhum contrapeso.

É uma discussão pertinente, o Brasil precisa levar isso em conta. Eu digo: há discussão, sem defender uma solução ou outra. Mas o problema a que eu me refiro aqui, ele tanto pode ser atenuado com mudanças nas regras da eleição, como pode ser acentuado com mudanças nas regras de eleição. O nosso problema de fundo não tem a ver com o formato do qual emergem as representações, às vezes proporcionais, às vezes não; mas tem mais a ver com o desencontro entre a noção de fato, o que é um fato, e a rotina da atividade política.

A questão é: eleito pelo voto distrital ou não, um representante teria que ter o mínimo de compromisso com a verdade dos fatos. E deveria dialogar com os seus eleitores e depois com toda a sociedade com base no conhecimento dos fatos. Quando há uma rarefação da relação entre a política e os fatos, e ela se agrava, nós vamos deixando de ter a política propriamente dita e vamos mergulhando nas texturas próprias do fanatismo.

A política, eu posso dizer, não é outra coisa que não o diálogo ou debate público racional sobre os fatos, com vistas à produção de soluções coletivamente legitimadas, que possam superar ou resolver os problemas imediatos dessa sociedade. Se eu perco a relação com os fatos, eu vou deixar de discutir que a pandemia tem como causa um vírus, esse vírus é identificado, ele pode se propagar com certas características, ele vai ser inoculado no organismo de uma forma conhecida, evolui provocando uma moléstia com tais características, com tais sintomas, com tais probabilidades de óbito e assim por diante; e começo a tomar decisões na sociedade com base em afirmações como "a vacina inocula um chip chinês no braço do cidadão" e vou resolver uma coisa, vou tomar uma decisão, escolher um chefe de Estado, votar numa política pública a partir desse tipo de noção. Essa é a questão à qual eu me refiro.

Não que ela não tenha relação com as formas de organização dos processos eleitorais. Claro que tem, mas nós podemos ter esse fenômeno e esse estrago em sistemas políticos diferentes, tanto que tivemos. A gente teve questão grave no Reino Unido, na França, nos Estados Unidos, no Brasil e em tantos outros países, em El Salvador, nas Filipinas, na Argentina. E são sociedades de regramentos e tradições diferentes. E o problema do desencontro entre a política e o registro factual é muito parecido nessas sociedades.

Então, é para isso que eu procuro chamar a atenção. Eu não sei se fui claro o suficiente, mas, enfim, tem a ver, mas nós teríamos o mesmo problema com diversos regramentos diferentes.

Sérgio Rondino - É sua vez de perguntar, professor Vilmar Rocha.

Vilmar Rocha - Professor Bucci, nos anos 1990 eu fui relator de uma lei na Câmara dos Deputados, a Lei de Imprensa. Era um projeto que procurava modernizar a Lei de Imprensa, de 1967, ainda do regime militar. E hoje eu vejo o quanto mudou, como o objeto da análise hoje é muito mais complexo, muito mais amplo do que naquela época. Naquela época, o objetivo era restringir, punir os excessos da imprensa - naquela época não existia internet -, preservando a liberdade de imprensa. Até eu me lembro que nós fizemos um projeto, que foi aprovado na comissão, mas não no plenário, por um detalhe. É porque os grandes meios de comunicação, naquela época, queriam que se fizesse uma limitação na lei da indenização por dano moral. E eu não aceitei isso porque, primeiro, a meu juízo, era inconstitucional; e, segundo, não podia fazer isso. Então, pus um projeto e aí não foi aprovado. Hoje, o assunto é muito mais complexo, muito mais amplo, e ao longo desse tempo eu sempre acompanhei os seus artigos e entrevistas. E achava muito interessante

que as suas abordagens são diferentes, são criativas, são novas. Não são aquelas abordagens dentro da caixinha. Você sempre, nas suas análises, foge um pouco da caixinha. Eu acho isso bom, um pensamento mais livre, mais independente, fora do debate tradicional. Como é o caso desse seu artigo, com o qual todos nós concordamos.

Bem, a problemática está colocada. Qual é a solucionática, na expressão do nosso filósofo **Odorico Paraguaçu**? A gente vê que as sociedades, o mundo todo, começam a reagir a essa análise crítica da dimensão das redes sociais. Primeiro, proibindo celulares nas escolas. A Austrália está proibindo que jovens de até 16 anos possam ter uma conta nas redes sociais. Então, agora estamos vendo esse debate mundial no nosso Congresso - está no Supremo, mas indevidamente, já que quem deveria fazer essas regras é o Congresso, não o Supremo. É a questão da regulamentação das redes sociais. Isso não está acontecendo só no Brasil e no mundo. Então, o que eu pergunto é o seguinte: na sua visão, na sua análise, a sociedade está reagindo a isso, de alguma forma, combatendo essa dimensão das redes sociais e da internet? Por exemplo, nós somos professores, como é que é? Será que o ensino à distância é de qualidade? A educação à distância, diferentemente da presencial, como é que está o nível de qualidade? Então, o que eu queria que você nos dissesse é: como você acha que vai caminhar a reação a esse quadro que nós temos hoje e que você retratou muito bem no seu artigo?

Eugênio Bucci - Eu diria que é impossível, rigorosamente, a gente ter uma antevisão do que vai se passar. Se nós estivéssemos discutindo um quadro pandêmico em moldes mais ou menos conhecidos, nós poderíamos antecipar os movimentos: X% das pessoas serão contaminadas, de X% o quadro vai evoluir mal em tal parcela, isso poderá colapsar o sistema de atendimento hospitalar, isso vai agravar



a mortalidade por outras enfermidades e assim por diante. Nós podemos até estatisticamente ter uma previsão. Me preocupa muito, hoje, a qualidade do pensamento, da formulação.

Nessa situação, é muito difícil a gente antecipar qual vai ser a reação da sociedade. Nós podemos ter cenários discrepantes. Um pouco eu torço para que isso seja resolvido nos marcos da democracia. Eu digo "um pouco eu torço" porque um pouco eu não posso torcer, eu preciso olhar para a realidade e tentar aprender com ela, independentemente da minha torcida. Mas eu gostaria que isso fosse equacionado nos marcos da democracia.

Mas nós podemos ter uma solucionática, para lembrar o **Dias Gomes** e o velho Odorico Paraguaçu, nós podemos ter medidas autoritárias para tentar resolver esse problema, que só piorarão o problema. Nós temos exemplos disso, não quero citar os países,

mas vários adotaram legislações restritivas, com medidas censórias, e que, ironicamente, acabaram prejudicando a imprensa e não as redes sociais. E aí, se isso prevalecer, se as soluções autoritárias prevalecerem, vai haver uma distorção do ambiente democrático, vai haver um sacrifício dos direitos e não dá para antever.

Mas se a discussão avançar nos marcos democráticos e a decisão da Austrália, de proibir que pessoas com menos de 16 anos tenham contas, tenham perfis, tenham páginas nas plataformas sociais, seja uma decisão democrática, aí é possível que a gente caminhe para uma pacificação, para um equilíbrio.

O que a gente vê hoje precisa de regulação. Não é que a gente pode escolher. Nós não estamos lidando com um fato que se acomodará pelas leis da natureza. Essa revolução digital e os nexos que

ela vai tecendo com a subjetividade das pessoas só pode ser atenuada ou limitada por mecanismos da política e da política democrática. O que eu estou descrevendo aqui já é conhecido do pensamento há muito tempo, no mínimo desde o Iluminismo, quando os pensadores perceberam que só o poder é capaz de limitar o poder. O poder absoluto corrompe e, para que o poder não seja absoluto, é preciso que outro poder o contenha. E é uma ideia de equilíbrio entre os poderes que dá origem ao Estado tal como a gente o conhece.

O ambiente comunicacional terá que passar por regramentos parecidos, ou seja, regramentos que contemplem o reconhecimento de um mecanismo ao lado de outro mecanismo que o contenha. Porque vamos imaginar uma criança de dois anos. Hoje uma criança de dois anos, ou antes disso, começa a mexer numa tela *touchscreen*, sensível ao toque, e começa a operar um computador. Ato contínuo, os algoritmos conseguem ler a máquina psíquica dessa criança, assim como consegue ler os adultos, e consegue manipular comportamento de adultos. Já existem inúmeros estudos comprovando isso aí.

O que é tragado pelas telas digitais não é apenas o olhar de uma pessoa, é o desejo de uma pessoa, é o olhar que promove adesões, que fabrica valor, até isso. Existem relações econômicas tecendo a arquitetura complexa do imaginário e isso gera dinheiro, gera lucro. As empresas mais valiosas da história do capitalismo são as empresas que estão nesse ramo. Empresas cujo valor de mercado alcançam e ultrapassam 3 trilhões de dólares. Isso é praticamente o dobro, quase o dobro, do PIB de países grandes. Então, não é qualquer bobagem. Isso é uma atividade econômica, uma atividade econômica que gera valor pela extração de dados, pela exploração do olhar e tudo mais. Uma pessoa diante de uma tela não está apenas se divertindo, está trabalhando porque está gerando valor. Em algum lugar. Muitas vezes ela não tem nem

consciência disso, mas está gerando valor. Assim como uma pessoa dentro de um cassino pode imaginar que está se divertindo, mas ela está fabricando valor para a máquina daquele cassino. E assim como um adolescente, que é o problema que nós temos hoje no Brasil, quando aposta nessas *bets*, que são de uma perversidade inacreditável, está gerando valor ali a conglomerados ganhando muito dinheiro com a dependência psíquica que se desenvolveu nesse adolescente.

Se nós deixarmos a natureza resolver essas questões, vamos ter metade dos adolescentes brasileiros viciados em jogos digitais e roubando a família para... Já tivemos casos de suicídio, nós vamos ter coisa pior. Isso não é contido pela natureza. Recuperando o que eu lembrei aqui dos iluministas, mas não só, podemos encontrar isso em elaborações anteriores, a ideia de que o poder limita o poder, e o que a democracia precisa fazer é dividir o poder, evitar o controle total do poder. Se não, essa máquina, a pretexto de distribuir divertimento, de distribuir notícia, vai escravizando as suas audiências e gerando valor com isso, às custas do trabalho dessa audiência. Um trabalho que é entregue de graça, enquanto as pessoas imaginam que estão apenas se entretendo, mas elas estão trabalhando. Isso terá que ser regulado, é isso que eu estou falando.

Sérgio Rondino - Você diz que é preciso buscar alguma regulação dentro dos conceitos democráticos, dentro da democracia, da preocupação com censura, etc. Concordo, mas fico na dúvida sobre como, de que maneira seria possível implementar isso. É complicado... Como jornalista atuando por várias décadas na imprensa escrita e na tevê, lembro que - eu sei que você conhece muito bem isso - nós sempre tivemos filtros. Não é censura, é filtro. Então, se eu sou um editor, por exemplo, ao receber uma informação, uma matéria, trato de

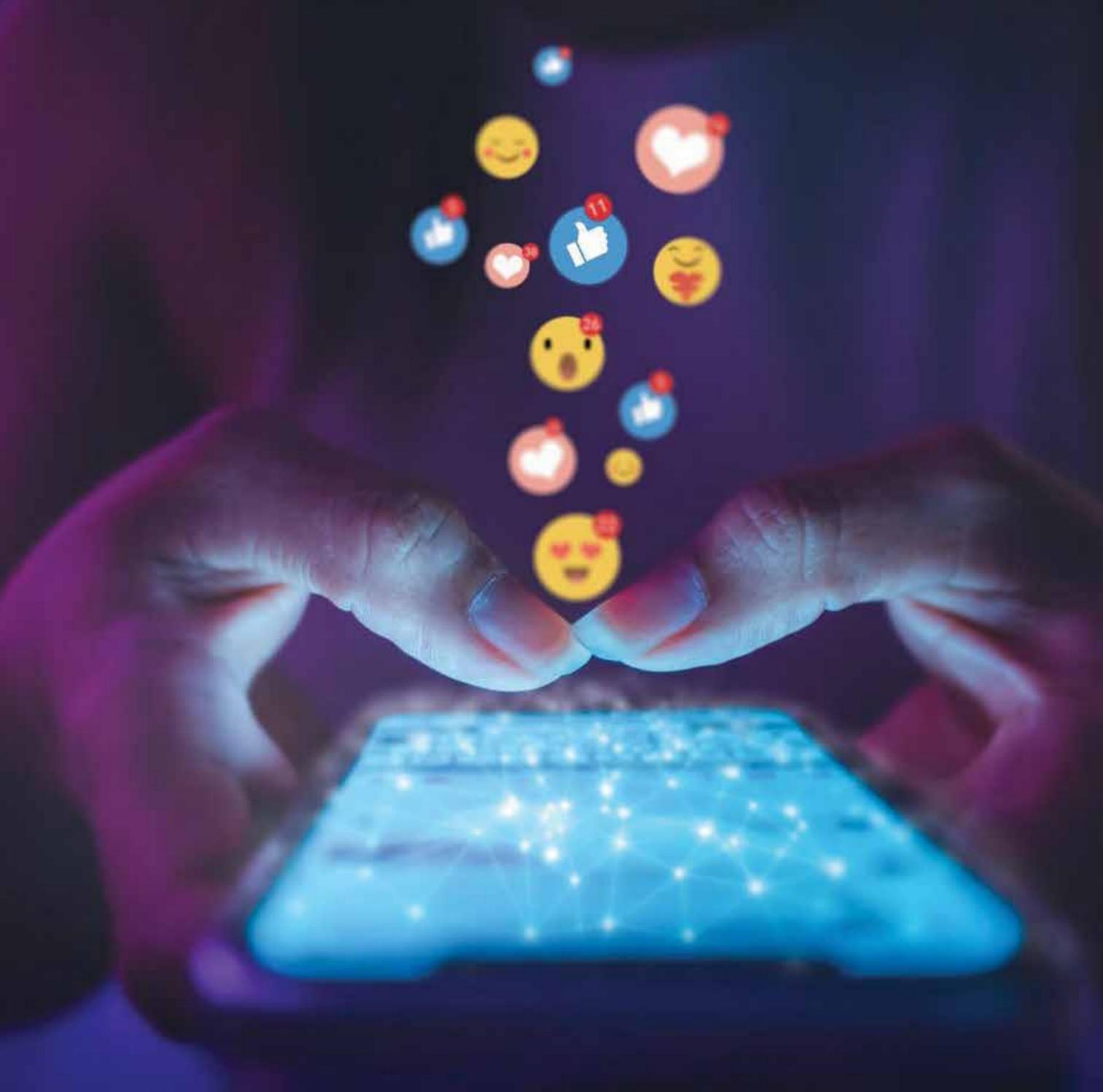


O QUE É TRAGADO PELAS TELAS DIGITAIS NÃO É APENAS O OLHAR DE UMA PESSOA, É O DESEJO DE UMA PESSOA, É O OLHAR QUE PROMOVE ADESÕES, QUE FABRICA VALOR, ATÉ ISSO. EXISTEM RELAÇÕES ECONÔMICAS TECENDO A ARQUITETURA COMPLEXA DO IMAGINÁRIO E ISSO GERA DINHEIRO, GERA LUCRO. AS EMPRESAS MAIS VALIOSAS DA HISTÓRIA DO CAPITALISMO SÃO AS EMPRESAS QUE ESTÃO NESSE RAMO.”

checar. Eu sou um filtro. Eu desconfio e falo: “Mas vem cá, repórter, como é que é isso aqui? Você checkou? Isso é verdade? Isso aqui não está com cara de que seja correto”. “Ah, mas o fulano falou”. “Você foi investigar?”. Então, informações aparentemente equivocadas paravam nessas instâncias, vamos dizer, regulatórias da imprensa. Isso não é censura, é cuidado. Por quê? Porque nos jornais, se fulano publica uma matéria que tem uma inverdade, pode estar cometendo um crime contra alguém, e pode ser processado e ter de pagar por isso. Mas não há filtros nas redes sociais, onde existem muitos perfis falsos. Como controlar isso dentro de regras democráticas? O Supremo, pelo andar da carruagem, está tendendo a impor controles que serão chamados de censura, tentando obrigar as

big techs a controlarem o conteúdo. Mas aí vem a discussão sobre a liberdade de expressão. Então, eu realmente fico até meio angustiado entre esses dois fogos, tentando imaginar para onde vamos.

Eugênio Bucci - O que você acaba de dizer reflete muito o que eu mesmo sinto diante dessas coisas. É uma preocupação que também é minha, e eu tenho certeza de que era a preocupação do deputado Vilmar, lá nos anos 1990, quando discutia as relações de imprensa... E é muito bonito perceber que estamos todos nós no curso de processos sociais complexos, abertos a mudar de ideia, abertos a aprender com o mundo e com a realidade e reconsiderando pontos, buscando uma saída. Mas veja só, um filtro não é uma censura.



Nós podemos definir tecnicamente o fenômeno da censura para evitar confusão, para evitar confusão conceitual e evitar confusão de regras públicas, depois de ordenamento jurídico, de norma positiva, de política pública. Podemos preservar o conceito. A censura sempre decorre da interferência do poder para impedir alguém de expressar uma ideia e impedir alguém de buscar uma informação. Claro

que a minha definição é grosseira, é selvagem, mas a ideia está aí. Se nós não tivermos esse cuidado conceitual, tudo vira censura. Então, eu tenho uma publicação na internet especializada em vestido de noiva, aparece uma pessoa querendo escrever sobre arreio de cavalo, não vou publicar porque é um outro assunto. "Ah, não, isso é censura". Não, eu tenho uma especialização. Eu sou editor de um jornal.

Só publico aquilo que atende a certas regras de confirmação e de verificação. Eu não estou fazendo censura. E eu também não estou fazendo censura porque a pessoa que quer publicar determinado assunto terá outro canal para publicar. A censura fecha os canais. Então, isso não é censura. Edição não é censura. Editar é selecionar. E selecionar é publicar alguma coisa e deixar muitas outras sem publicar. Isso nunca foi censura. A censura é uma violência, é uma interferência indevida que suprime de alguém o direito de dizer e suprime de outra pessoa o direito de ser informada. Isso não acontece no processo de edição.

Se eu tenho uma publicação em inglês, aparece uma pessoa com um artigo em grego, querendo dizer que eu vou publicar em grego, eu não vou publicar. Isso não é censura. A escolha editorial é uma conquista da liberdade de imprensa. Ela não é censura. A censura fere o nervo da liberdade de imprensa e, portanto, atrofia a liberdade. A seleção, a hierarquização, a edição ampliam a liberdade de imprensa.

No entanto, o que vem acontecendo nas redes sociais e tudo mais promove um embaralhamento dessas ideias. Hoje, muitas pessoas que falam em nome da liberdade querem massacrar a liberdade dos outros e reivindicam a liberdade para promover teses contrárias à liberdade. Isso não é liberdade e eu nunca defendi que o Estado vá lá e casse o direito à palavra dessa pessoa, de jeito nenhum. Mas eu defendo que a gente discuta essa distorção e mostre o que ela realmente representa. Agora, se nós falarmos da difusão de mentiras, muitas delas criminosas, no campo econômico, no campo político, no campo do direito dentro da internet, nós precisamos ter, sim, regulação. Todas as democracias estão discutindo isso. Isso não é um atentado à liberdade, isso é uma proteção da liberdade.

Veja só, o uso de robôs para iludir as pessoas... fazer com que essas pessoas acreditem que estão falando

com outras pessoas quando elas estão falando com robôs. Isso é uma fraude, uma forma de conto do vigário... Eu não quero dizer um crime, mas além de ser uma tapeação, isso violenta a integridade das vítimas desse conto do vigário. Isso não pode ser usado, não pode ser assim. Vamos voltar um pouco no tempo, vamos para o século 19. No século 19, em algumas fases da Revolução Industrial, crianças trabalhavam nas linhas de montagem das fábricas e trabalhavam 16 horas por dia, em alguns casos. Aí chega alguém lá e diz assim: "A criança não pode trabalhar, a criança tem que ser respeitada, ela não pode trabalhar 16 horas por dia". Será que alguém levantaria a mão e diria: "Ah, mas você está ferindo a minha livre iniciativa de agente econômico". Pode ser inacreditável, mas as pessoas protestaram. Você preservar o direito de uma criança não é impedir a livre iniciativa. Você preservar o direito de uma criança de não ser esquadrihada pelos algoritmos, de não ser invadida por uma comunicação que vai distorcer a formação da subjetividade, não significa uma censura. Pelo contrário, significa apenas a proteção de uma criança.

A censura também vitima a pessoa humana que quer dizer alguma coisa. Mas uma corporação de US\$ 3 trilhões de valor de mercado não tem o direito subjetivo da liberdade de expressão, ela não tem liberdade de expressão, ela é uma empresa. Quem tem liberdade de expressão são as pessoas. Muitas vezes, quando eu vejo alguém defendendo a liberdade de expressão, as pessoas estão defendendo um direito que não é um direito, de um grande conglomerado promover a espoliação da condição de vida de crianças em nome da liberdade de expressão. Ora, um conglomerado não tem liberdade de expressão. Ele não é uma pessoa humana. Ele não tem o que exprimir. E nenhuma empresa, nenhum Estado, nenhum governo tem liberdade de expressão. As pessoas têm liberdade de expressão. Robô não tem liberdade de expressão.

Então, nós precisamos ter cuidado, separar as coisas e entender como e por que a regulação pode e deve agir para proteger a formação da subjetividade, proteger a saúde do espaço público, proteger a esfera pública e a política contra a deformação produzida pelo fanatismo, proteger a ciência, proteger a universidade, proteger o jornalismo, proteger os fundamentos da democracia. A democracia é um trabalho coletivo. Se ela não for protegida e se ela não merecer o trabalho da sociedade, ela desaparece. Então, é disso que nós estamos falando.

Sérgio Rondino - Eu quero agradecer demais pela sua participação nesse *Diálogos no Espaço Democrático*, que é para isso que serve, recolher e discutir as mais variadas questões nacionais e internacionais, sobre as várias, diferentes vertentes de pensamento. Então, muito obrigado, mais uma vez, pela gentileza de nos atender, e fica aqui um espaço para o seu recado final, se quiser. Professor, a palavra final é sua.

Eugênio Bucci - Sérgio, eu estava um pouco nervoso, e talvez ainda esteja, porque eu preciso estar com tudo muito preparado e preciso estar pronto para responder indagações que vêm com muito lastro de experiência histórica que vocês têm. Espero ter correspondido, fico muito feliz com a possibilidade desse encontro e eu acredito, do fundo do coração, em uma sociedade com pessoas diferentes, com agremiações diferentes, que tenham valores próprios, programas próprios e que saibam

conviver dentro disso que é um espaço democrático.

E vendo o mundo como um espaço democrático, enxergando no mundo um espaço democrático, um espaço que respeita a vontade das majorias e não abre mão dos direitos das minorias e das garantias individuais. Democracia não é apenas a vontade da maioria, é a prevalência das garantias individuais e dos direitos das minorias.

E, para terminar eu lembro aqui uma passagem do que disse o Vilmar, que a gente, ao conversar, enxerga muitas dúvidas. E eu tenho visto isso. A capacidade de reconhecer as dúvidas é uma espécie de passaporte para um mundo de equilíbrio democrático. Nós precisamos entender que nós somos seres de dúvidas. O autoritarismo é que é a impostura da certeza. Nós não temos que ter certeza sobre as coisas. Nós temos acordos, temos termos de convivência que são mais promissores e neles nós apostamos e com eles nós seguimos. No mais, nós temos dúvidas sobre as coisas, e o conhecimento gera dúvidas, mais dúvidas do que tínhamos antes. Isso é natural, isso é desejável, isso é assim. É muito bom. Eu aprendo, a cada dia, a conviver mais com as dúvidas. E com isso eu deixo um abraço fraterno para vocês e para o trabalho que vocês realizam. Muito obrigado.

Sérgio Rondino - Agradecendo, então, mais uma vez, professor, pela sua participação, agradecendo aos companheiros que participaram conosco aqui, agradeço especialmente a você, que acompanhou mais esse *Diálogos no Espaço Democrático*. Até o próximo programa.



| | | |
|---|--|---|
| <p>Presidente Alfredo Cotait Neto</p> <p>Coordenador Nacional de Formação Política Raimundo Colombo</p> <p>Coordenador Nacional de Relações Institucionais Vilmar Rocha</p> <p>Secretária Ivani Boscolo</p> <p>Diretor Superintendente João Francisco Aprá</p> | <p>Conselho Consultivo</p> <p>Presidente Guilherme Afif Domingos</p> <p>Conselheiros Alda Marco Antonio André de Paula Eduardo Pimentel Omar Aziz Otto Alencar Rafael Greca Ricardo Patah</p> | <p>Conselho Superior de Orientação</p> <p>Presidente Gilberto Kassab</p> <p>Conselheiros Antonio Brito Carlos Massa Ratinho Junior Eduardo Braide Eduardo Cavaliere Eduardo Paes Guilherme Campos Letícia Boll Vargas Samuel Hanan Topazio Silveira Neto</p> |
|---|--|---|



www.espacodemocratico.org.br